



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2013

# MPE aciona SMTT para ajustar abrigos de ônibus

Inicialmente apenas dois são objetos da ação, mas outras podem surgir

Moema Lopes  
DA EQUIPE JC

Um abrigo de ônibus localizado na avenida Canal 4, no conjunto Augusto Franco, e outro situado na rua Álvaro da Silveira Brito, no conjunto Médici I, foram alvos de ações civis ajuizadas pelo Ministério Público Estadual (MPE) esta semana. Nas ações, o MPE pede um prazo de 30 dias para a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) iniciar as obras para transferir e adequar os abrigos de passageiros, concluindo-as em, no máximo, outros 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, ou da adoção de outra medida coercitiva apta à obtenção do resultado. A medida pode significar um avanço no sentido de que ações estão sendo tomadas para a melhoria do transporte público na capital sergipana. No entanto, os usuários informam que a maioria dos pontos de ônibus de Aracaju está em situação precária.

“É difícil eu chegar a um ponto de ônibus aqui em Aracaju e ter onde sentar, ou onde me esconder do sol. Tem alguns pontos que as pessoas ficam disputando a sombra do poste, enquanto esperam o ônibus. A precariedade do sistema já começa a partir daí”, observou o estudante de Educação Física, Igor de Jesus Lima. A autônoma Fátima Vasconcelos também reclamou dos abrigos de ônibus na capital. “Na verdade, o que existe é uma falta de abrigo para passageiros nos pontos de ônibus de Aracaju. Vênho de lá do Mosqueiro e lá naquela região placas penduradas em postes é que nos informam que o local é um ponto de ônibus. Chego ao centro da cidade e encontro pontos com abrigos deteriorados por ações de vândalos, ou corroídos pela ferrugem. Não temos pontos adequados e o que é pior: esse é um problema que todo mundo vê, mas nada faz para melhorar”, observou.

A reportagem do JORNAL

DA CIDADE entrou em contato com o promotor de Justiça substituto da Promotoria de Defesa do Consumidor e Serviços de Relevância Pública do MPE, Daniel Carneiro Duarte, e ele informou que mesmo com tantos outros pontos de ônibus espalhados pela capital e Grande Aracaju em situação degradante, o MPE não recebeu outras denúncias, nem reclamações por parte dos usuários do sistema. “Temos uma ação aqui na promotoria que trata do transporte coletivo como um todo. Esse procedimento vai desde as condições dos ônibus, à tarifa dos ônibus e até alguns abrigos da cidade. Esse procedimento está sendo objeto, no momento, de revisões finais de ações civis públicas que nós também estamos propondo, provavelmente, nesta semana ainda, ou o mais tardar na próxima. E, eventualmente poderá culminar também com uma ação com relação a abrigos. Mas, fora isso, nós não temos reclamações de outros abrigos pontuais em Aracaju além desses dois que nós ajuizamos as ações”, explicou.

Sobre as duas ações ajuizadas com relação aos abrigos de passageiros da avenida Canal 4, no Augusto Franco, e da rua Álvaro da Silveira Brito, no conjunto Médici I, o promotor de Justiça explicou que se tratam de situações que já estavam sendo investigadas

André Moreira



**PROMOTORIA** quer que a prefeitura melhore de imediato dois pontos de passageiros. Precariedade dos abrigos é observado em vários lugares da capital

pela promotoria há um bom tempo. "São casos em que já estavam em avançada instrução processual e já tínhamos comprovação das irregularidades devidamente demonstrada nos autos", frisou, deixando claro que, nesse sentido, nada impede o MPE de pegar questões pontuais e dar a elas um caráter coletivo. "Nesse caso dos abrigos, nós já tínhamos informações de que muitos estão em desacordo. Já conversamos com o superintendente da SMTT e fomos informados de que há um projeto que está sendo finalizado com a participação de grandes urbanistas brasileiros, de fora do Estado, inclusive, para a elaboração de um novo modelo de abrigo que será construído e padronizado em Aracaju", disse.

Daniel Carneiro informou ainda que enquanto isso não acontece, o MPE está adotando as medidas mais urgentes, a exemplo das ações que foram ajuizadas com relação aos dois abrigos de ônibus especificamente. De acordo com ele, o do conjunto Augusto Franco tinha uma situação que não poderia mais perdurar. "Nós tínhamos um abrigo que servia para a utilização por vândalos, delinquentes, as pessoas se escondiam em cima do abrigo inclusive para utilizar drogas e para fugir de perseguição policial. Temos notícia de que ele ficava numa posição escondida, atrás de um muro. Então

algumas pessoas praticavam sexo nesse local, incomodando as outras. Isso além de urinarem, defecarem no local, que também tinha depósito de lixo. Nesse caso, a situação realmente é urgente", especificou. Quanto ao outro abrigo, localizado no conjunto Médico, a situação não era tão grave, mas também exigia medidas urgentes devido a reclamações dos usuários e do jogo de empurra das empresas envolvidas quanto às melhorias que precisavam ser feitas no local.

"O abrigo existia e estava em pleno funcionamento e foi destruído, derrubado acidentalmente durante o desempenho de uma atividade da empresa Torre. E aí a população ficou aguardando enquanto os órgãos não se entendiam sobre como fazer para recuperar esse abrigo. Colocaram uma mera placa em um poste e as pessoas estavam no sol, na chuva, sem ter direito a sentar, sem ter realmente noção muitas vezes de que ali é uma parada de ônibus", esclareceu. Segundo Daniel Carneiro, o MPE já determinou o levantamento de todos os demais abrigos de passageiros da capital. "Diante dessa informação do projeto da SMTT, se resolverem o problema e ficar a contento, tudo bem. Mas, do contrário, todos os outros abrigos que estiverem irregulares também serão objetos de ação", afirmou.